

A “EXPERIÊNCIA DO COVELO”

Doutor Carlos Afonso

Agrupamento Eugénio de Andrade e Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Depois de um pequeno interregno, aqui estamos de volta para mais algumas reflexões sobre a história da educação de surdos. Depois dos artigos anteriores terem sido dedicados a alguns aspectos mundiais hoje vamos retratar situações ocorridas em Portugal. O conhecimento do passado, para além de desvendar às gerações actuais acontecimentos e factos desconhecidos, permite fazer justiça a pessoas relevantes que estejam esquecidas. A passagem do tempo possibilita, ainda, um distanciamento crítico e o suscitar de novas reflexões.

Nesse sentido, iremos neste artigo abordar uma das experiências de integração de surdos, ocorrida nos anos 80, na escola do Covelo, na cidade do Porto.

Ela enquadrava-se num contexto de transformação da educação especial que vinha a ser desenvolvido desde os finais dos anos 60 do século XX. A contestação às estruturas segregadas, acusadas de criarem situações artificiais e de gueto, que dificultavam a inserção dos deficientes na vida quotidiana e profissional, estava a conduzir à criação de “experiências” de integração na escola regular.

Contudo, nesses tempos, a integração só era feita em situações muito específicas separando-se, claramente, entre crianças integráveis, ou seja, “as que, embora fossem deficientes, eram inteligentes e podiam perceber o que o professor ensinava” e crianças não integráveis que eram aquelas “que não percebiam o que o professor ensinava” (Costa, 1985). A escola era, então, somente um direito para alguns (os ditos “normais”). De forma muito pontual e localizada iam-se abrindo pequenas excepções. A selecção mais rigorosa dos alunos tinha, também, como intuito tentar “provar” que a integração era possível. Aí entrava aquilo que, noutros contextos (Afonso, 1995), designamos de “discurso da sedução”, segundo o qual se tentava convencer o professor de ensino regular de que o aluno a integrar não iria provocar complicações e alterações na sala de aula. Era o aluno que devia adequar-se (integrar-se, diluir-se) na “normalidade” da escola. Hoje em dia, a perspectiva da inclusão visa algo completamente distinto.

Progressivamente, e face aos “resultados positivos”, foram-se multiplicando as experiências. Assim, em 1981, por iniciativa da então Divisão de Ensino Especial da Direcção Geral de Ensino Básico, inicia-se na escola do Covelo um processo inovador e pioneiro para a altura. A ideia tinha como base a criação, de raiz, de uma turma de 20 alunos, dos quais 4

eram Surdos severos e profundos. Esta turma seria leccionada por dois professores. Até então, as “experiências” faziam-se sempre com um aluno surdo, no máximo dois, numa turma regular já constituída e com um professor sem qualquer formação especializada.

A criação desta nova situação mereceu, na altura, algumas dúvidas e inquietações no próprio seio da Equipa de Ensino Integrado do Porto, que a suportava. Era difícil conceber uma educação especial que não fosse numa perspectiva reeducativa e externa à sala de aula. O facto de um dos professores desta turma ter passado a incorporar aquela equipa aumentou, ainda mais, a sensação de estranheza.

A experiência do Covelo tentava romper um pouco com o abismo entre o ensino regular e o ensino especial (como se denominava) fazendo emergir uma melhor compreensão das dificuldades sentidas, pelos Surdos, no contexto da integração. Permitia entrar dentro do terreno concreto de acção do professor de ensino regular e perceber (na pele) as dificuldades e necessidades que este enfrentava na gestão de uma sala de aula integrada, durante as 25 horas lectivas semanais. Tornou-se aí claro que a integração não era um processo que terminava à entrada na escola (ou na sala de aula) pelo que era fundamental tentar encontrar novas formas de trabalho, adequando o currículo e praticando uma diferenciação pedagógica positiva. No caso concreto do Covelo múltiplos dilemas se colocaram como a interacção comunicativa entre pares e com os adultos, a adaptação de estratégias e conteúdos, a articulação entre professores, entre outros.

A experiência, que decorreu durante 4 anos lectivos, de 1981 a 1985, foi considerada globalmente positiva nas diferentes análises feitas pelos vários elementos intervenientes. Refira-se, a propósito, que havia reuniões sistemáticas e periódicas entre os professores, os pais e elementos do Ministério da Educação da altura. Alguns dos pais, inicialmente relutantes, foram criando uma forte ligação, entre si, o que lhes permitiu ultrapassar dificuldades e dúvidas em conjunto. Os dois professores envolvidos na experiência (Maria Raquel Bacelar e Carlos Afonso), que não tinham qualquer formação especializada, foram sendo acompanhados, muito de perto, pela Equipa de Ensino Integrado e pela coordenação regional da Divisão de Ensino Especial, nomeadamente pelas professoras Fátima Amorim e Maria Lé. Ao longo dos 4 anos foram proporcionadas bastantes possi-



bilidades para a frequência de acções de formação, de duração variável, sobre a Surdez. Naquela altura, havia uma grande preocupação, por parte do ministério responsável, pela formação dos professores de educação especial. Estávamos, então, nos tempos áureos do acordo luso-sueco.

Hoje, à distância de quase 30 anos, conseguimos encontrar vários erros cometidos, advindos inclusivamente da inexperiência de quem começava assim, de forma inesperada, um percurso de docência. Estávamos, também, sem o sabermos, muito perto do “canto do cisne” do oralismo que viria a ser fortemente posto em causa pouco tempo depois. Contudo, para a História, julgamos dever realçar-se o carácter pioneiro e inovador desta experiência numa altura onde (ainda mais do que hoje) a escola se assumia como “surda congénita” (Afonso, 2005).

Nota final:

Para todos os companheiros desse percurso (colegas, alunos e pais) muito obrigado por tudo o que me ensinaram. Um agradecimento especial à professora Maria Raquel Bacelar com quem partilhei 4 anos de vida escolar na “experiência do Covelo”. ■

Referências

- AFONSO, Carlos (1995). *Estudo dos currículos alternativos propostos para alunos com necessidades educativas especiais integrados em escolas do 2º e 3º ciclos*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (não publicado)
- AFONSO, Carlos (2005). “Uma escola surda congénita? In *Actas do Encontro de Educação Especial. Diferenciação: do conceito à prática*. Porto: Gailivro, 2005
- COSTA, Ana Maria Bénard da (1985). “A acção desenvolvida pelas Equipas de Ensino Especial”, in *SNR. Sistema de Educação Especial em Portugal*. Lisboa: SNR